

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Revista de Bahia Class.: 33  
 Data 26/01/79 Pg.: \_\_\_\_\_

# TRISTE AMAZÔNIA TRISTE

Por Manuel Lima, especial

A cobiça internacional e o processo de destruição da floresta amazônica remontam desde a época dos desbravadores do século passado, segundo os historiadores, que, interessados na descoberta de seus recursos naturais iniciaram o grande caminho para as derrubadas e queimadas na região. É a medida que o fluxo migratório intensificou para o Norte como alternativa dos excedentes populacionais do Nordeste, a Amazônia viu ameaçada o seu equilíbrio ecológico. O conceito preservacionista da Amazônia é visto, hoje, como uma forma ambígua de se pretender conter o que já está em franca e irreversível acessão: o desastre ecológico da última fronteira virgem do mundo.

Primeiro foi a idéia infeliz do Hudson Institute, dos Estados Unidos, de transformar o rio Amazonas num grande lago artificial; depois a "febre" da ocupação e da colonização do governo Médici, que culminou em 72 com a inauguração da rodovia Transamazônica, hoje servindo apenas como o meio mais propício à penetração de grandes projetos agropecuários, que fatalmente deixarão como herança para a Amazônia do ano 2000 o "berro e a pata do boi". Agora, após estudos sigilosos e intenções não bem definidas, a Amazônia volta a ser ameaçada pelos contratos de risco para a exploração de sua floresta, que, segundo o Projeto Radam Brasil, pode produzir dez bilhões de metros cúbicos de matéria-prima e uma área superior a 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, quase o pouco mais de 80 por cento da área territorial do Estado do Amazonas.

A presença de empresas estrangeiras explorando os recursos florestais e minerológicos na Amazônia só tem um objetivo, segundo os especialistas do setor: "encher" os bolsos e fulminar o "pulmão do mundo" e levá-lo no final dos próximos 30 anos à condição de autêntico deserto. Porque até mesmo a preservação e o estudo dos ecossistemas da Amazônia tem sido motivo de contraditórios pontos de vista, pois enquanto ecologistas defendem arduosamente a intocabilidade da floresta e a consideram como um "santuário intocável", técnicos do governo e empresários agropecuários entendem que a Amazônia não deve ser um sigilo ou vedada ao homem, mas que o homem deva conhecê-la melhor, de modo a que haja a perfeita identificação entre a floresta e o homem, sem agressão de parte a parte.

Esse conceito, contudo, de convivência parece, na prática e pelos exemplos da devastação indiscriminada na região, ser incorreto, porque agredido é a floresta indófesa, e sem condições de sobreviver a "fome" dos grupos estrangeiros. "Se não for freada a marcha do homem e dos desmatamentos contra a Amazônia — diz o professor Warwick Kerr, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), transformaremos a Amazônia num deserto, exterminaremos todas as espécies vivas num espaço de 25 a 30 anos. E esse será o mal menor que causará à Amazônia as devastações de sua floresta".

A maior preocupação do governo brasileiro quanto a Amazônia não é derrubar e vender sua floresta para pagar a dívida externa, mas definir enfrentando as pressões dos grupos econômicos, os sistemas de ocupação e de colonização para a área, cujas terras — por isso impróprias para a agricultura — apenas 30 por cento se prestam a uma utilização racional, porque os 70 por cento res-

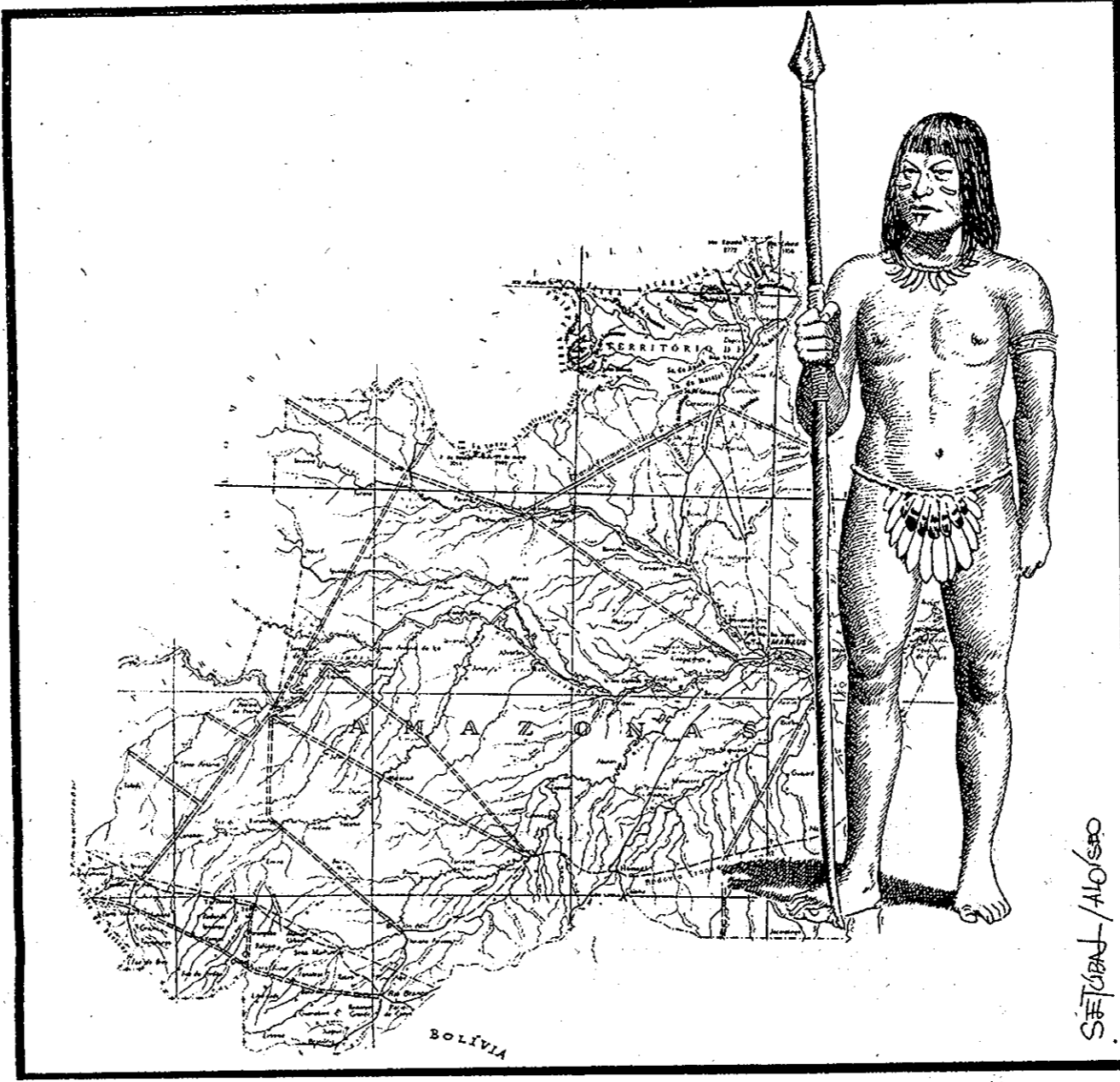
tantes são formados por latossolos, sensíveis a forte carga solar que cai sobre a região. Derrubada a mata, o solo se transforma em região árida, com o desaparecimento de todos os micro-organismos reprodutores das espécies vivas.

A reciclagem da floresta nativa é um dado importante a ser observado na preparação do solo para agricultura, pois não havendo esse cuidado as culturas agrícolas não vingam. Como exemplo disso, há a experiência realizada na região do Tapojes, no Pará, nos idos de 1920/22, por Henry Ford, quando plantou 1 milhão de seringueiras. Quando o solo começou a sofrer a reciclagem da floresta, as pragas se encarregaram de matar a experiência do milionário norte-americano. Por isso, a utilização da Floresta Amazônica ou para exploração comercial da madeira ou para a agricultura — e principalmente para a agropecuária —, cujos resultados até agora não têm sido otimistas, não pode ser vista apenas como uma alternativa econômica para a região ou para o Brasil, porque

terá que se pensar inicialmente na preservação da floresta, que poderá responder afirmativamente a todas as experiências sobre sua utilização, mas pode também transformar-se no holocausto de proporções tão ou maiores que a sua própria exuberância e extensão territorial, se tal uso não for racional. As terras da Amazônia não deixam de atrair os investidores, principalmente os estrangeiros. Os minerais nobres e estratégicos despertam muito mais interesse do que a simples exploração da floresta, e, hoje, a Amazônia abriga poucas empresas nacionais ligadas a exploração de suas potencialidades naturais. Como exemplo, a Serra das Andorinhas, no Pará, onde se prevê exista uma jazida de 10 mil toneladas de ouro, está sendo pesquisada e deveria ser explorada por uma empresa norte-americana, a United States Steel, uma das maiores do mundo na prospecção e exploração Auriferax. Segundo técnicos do DNPM — Departamento Nacional da Produção Mineral, a Steel não está interessada em explorar a floresta, o que lhe exigiria uma infraestrutura técnico-financeira da ordem de 120 milhões de dólares anuais, a não ser "para dar lugar aos acessos e estradas vicinais para poder chegar às jazidas a ela pertencentes por concessão do governo. Os minerais nobres da Amazônia estão todos nas mãos de empresas estrangeiras: o MANAGER, no Amapá, a ICOMI, o ferro de carajás e o ouro da serra das andorinhas a UNITED STATES STEEL.

### JARI INCÓGNITA

Os grandes projetos agropecuários na Amazônia estão se localizando ao sul do Pará, ao norte do Mato Grosso e a Sudeste do Amazonas, sendo que aqui os desmatamentos provocados por esses projetos não atingem ainda um por cento da área florestal do Estado, segundo levantamento feito pelo IBDF. "É muito pouco ainda o desmatamento no Amazonas, diz o Delegado Regional do IBDF, José Eduardo de Abreu, ao se queixar da falta de pessoal especializado para uma fiscalização não repressiva, "mas de orientação ao homem sobre o que ele deve derrubar ou não". Abreu acha que os grandes projetos agropecuários, "com a experiência e a tecnologia que tem, não ameaçam a floresta. O perigo é o cabocio, que



S. T. J. / ALDO SO

abre uma clareira aqui, outra ali, deixando atrás um rastro de cacoas, quebrando o equilíbrio dos ecossistemas". O projeto Jari tão decantado pelos técnicos do Governo, é ainda uma incógnita para a Amazônia. Com uma área superior a três milhões de hectares, numa das regiões mais exuberantes da floresta tropical, o Jari já investiu 900 milhões dos 1 bilhão de dólares previstos para o projeto, que prevê o desmatamento de 1,2 milhão de hectares de floresta para a produção de celulose. É um projeto que não definiu suas linhas de ação quanto aos aspectos ecológicos, porque a substituição da floresta homogênea que ele prevê para a Amazônia ocorrerá através de espécies ainda não testadas aos solos da Amazônia e se eles recomporão a floresta como um habitat natural das espécies animais. É possível que os PINUS e os eucaliptos importados pelo milionário Daniel Ludwig possam ter o mesmo destino das seringueiras de Henry Ford, ao enfrentarem a reciclagem da floresta nativa.

Um estudo feito pelo departamento de botânica e silvicultura do INPA mostrou que as terras da Amazônia não se prestam a esses dois tipos de árvores para a reposição da floresta. "A reposição tem que ser com as espécies nativas, para que o equilíbrio da homogeneidade mantenha o equilíbrio ecológico", diz o trabalho do INPA, admitindo o extermínio de parte dos seres vivos vertebrados e invertebrados caso a floresta homogênea seja substituída por heterogênea. Assim, o Projeto Jari visto como um futuro promissor para as divisões do País, ainda está sujeito aos testes próprios da floresta, para se ter um resultado positivo do ponto de vista científico e econômico. No aspecto econômico, o projeto chega a ser viável, e deixará de sê-lo se se posicionar no futuro contra os princípios da segurança Nacional, embora esse conceito, na Amazônia, não tenha sido muito válido, pela facilidade com

que o governo permite e mantém na área grupos estrangeiros pesquisando e explorando os recursos naturais. O próprio Comando Militar da Amazônia, em 72, já advertia o Governo para o perigo que tais grupos representavam para a segurança da Amazônia, ao revelar suas preocupações com os tipos de pesquisas mineralógicas que essas empresas realizavam na região. "Destruir não é o grande mal ou risco. O perigo está em perdermos a mata e os minérios estratégicos", dizia na época uma fonte militar.

### MUITO ANTES

Técnicos que trabalham para a Petrobrás na Perfuração do Segundo poço Juruá, em Caruaru, no alto Juruá, asseguram que a região foi pesquisada por um geólogo norte-americano de nome Thomas quando ali esteve na década de 50. Thomas teria aproveitado a ênfase que o Governo Brasileiro deu "ao petróleo é nosso", e passou a pesquisar indícios de óleo que descobriu. "Esse americano, com equipamentos sofisticados para a época chegou a conclusão de que aqui havia petróleo", diz um geólogo da Petrobrás baseado-se em histórias contadas por caboclos da região que serviriam de guia ao pesquisador norte-americano. A estratégia de segurança nacional na Amazônia só começou mesmo a partir de 64 quando o exército aumentou seus efetivos ao longo dos 11 mil quilômetros de fronteira no Amazonas. Hoje poucos são os estrangeiros que ainda se encontram no interior da Amazônia. Como por exemplo as missões religiosas acusadas pela FUNAI de desviarem para o exterior materiais colhidos do solo. Quando o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, visitou em 75 a região de Surucucu, em Roraima, onde o projeto RADAM detectou anomalias radioativas e se presumia existir ali uma grande jazida de urânio, os norte-

americanos da missão evangélica da Amazônia — MEVA (de Holo nos Estados Unidos) — já haviam chegado à conclusão de que havia urânio, tório e bauxita na região em condições de serem exploradas. Para os jornalistas que acompanharam o Ministro o fato causou surpresa quando um missionário, Robert Taylor, então há 15 anos trabalhando junto aos índios Waikas disse-lhes em tom de desprezo: "urânio aqui? Isso nós já sabíamos há 17 anos".

Oficiais da FAB que apoiavam logisticamente os geólogos do RADAM nas pesquisas na região, chegaram a esboçar um documento ao Estado Maior das Forças Armadas, e no qual eles sugeriam a retirada dos missionários norte-americanos não só da área mas das regiões onde o RADAM havia descoberto minérios. Informado pelos jornalistas da idéia dos militares, Taylor se apressou em esboçar a sua situação: "nós estamos aqui para por ordens do brigadeiro Protasio (Paulo Protasio, então chefe da Comissão de Aeroportos da Amazônia Comara, em Belém). E a ele que temos que dar satisfação".

Os missionários de Surucucu possuíam uma bela casa em plena floresta, num vale entre a serra do Surucucu e as escarpas do monte Parima, na fronteira com a Venezuela. Um campo de pouso servia para receber aviões de médio porte, vindos dos Estados Unidos. Certa feita, pesquisando a área de helicóptero, os geólogos e militares do RADAM encontraram a sede da MEVA e desceram no local. Depois de conversarem com os missionários, os militares perguntaram que tipo de carga os aviões levavam para os EUA, em grandes barris de ferro, no que um missionário explicou: "levam nossas roupas para serem levadas em Holo". Intrigados com o interesse dos militares, os missionários tentaram impedir a decolagem do helicóptero, que só foi liberado horas depois por ordens do Brigadeiro Protasio.

Embora esses detalhes tenham chegado ao conhecimento do Conselho de Segurança Nacional pela imprensa, os missionários continuam em Surucucu ensinando o evangelho aos índios Waikas, que pouco ou quase aprenderam a falar o português, mas sabiam dizer algumas frases-chaves em inglês.

### CONTRATOS DE RISCO

"Isso não é contrato de risco. Risco corre a Floresta Amazônica de ser destruída". A frase é do Diretor do INPA, professor Kerr, revoltado com a possibilidade de a Floresta Amazônica vir a ser explorada através dos contratos de risco propostos pela FAO/IBDF ao governo brasileiro, sob o pretexto de pagar a dívida externa do Brasil. Kerr não é contra a utilização da Floresta Amazônica "a qualquer nível", mas defende o princípio de que essa exploração seja feita em "termos estritamente patrióticos, porque sendo patrióticos, serão nacionais e cientificamente viáveis".

Para a sua exploração, a Floresta Amazônica possui aproximadamente 320 milhões de hectares. Destes, 280 milhões de hectares são constituídos de florestas densas, representando 80 por cento da área total de florestas densas do País. O volume médio da floresta densa Amazônica é de cerca de 175 ha., mas somente 45 ha. nas atuais circunstâncias, pode ser considerado como comercialmente explorável e ainda apenas em algumas áreas restritas, situadas ao longo dos rios e nas adjacências dos principais centros de consumo. Em comparação com o imenso potencial florestal da região, a proporção de exploração da madeira é ainda baixa. A produção anual de madeira rolaça industrial elevou-se de 2,9 milhões de m<sup>3</sup> em 73 para aproximadamente 4 milhões de m<sup>3</sup> em 76, representando apenas 10 por cento da produção nacional de madeira rolaça.

Os contratos de Utilização Florestal (UF) previs-

tos nos estudos realizados pelo técnico alemão F. Schmihusen, a cargo da FAO e do IBDF, prevêem o direito de utilizar, durante o período de tempo limitado — cinco, dez e 20 anos —, o potencial de recursos florestais, sob o controle do governo. Os direitos assegurados aos empresários pelos "contratos de risco" incluem a exploração dos recursos existentes na floresta (contrato de exploração), inclusão a derrubada e retirada da madeira em pé (contrato de colheita de madeira) e podem também abranger o controle e o estabelecimento de plantações com vista a uma contínua produção de matéria-prima (contrato de controle florestal).

Segundo os estudos da FAO/IBDF, os contratos de utilização florestal prevêem ainda: "a exploração da madeira e/ou o controle da floresta é feito pela empresa privada, enquanto que a terra propriamente dita permanece sob a propriedade do Estado, esta forma de concessão florestal constitui, basicamente um contrato de risco, entre o Governo e o setor privado, no qual os interesses de ambas devem ser reconciliados e mutuamente acordados, geralmente baseia-se em um acordo contratual, o qual especifica e define os direitos e obrigações de partes interessadas, e sua duração é limitada, mesmo que o abranga um grande período de tempo".

As vantagens desses contratos de risco, segundo ainda o documento da FAO/IBDF são: "Oferecem uma fórmula flexível para o suprimento de matéria-prima à indústria, que não terá que investir na próxima terra, e, em vez disso, poderá utilizar o capital disponível para investimentos em exploração mecanizada, melhoramentos do transporte madeireiro e no estabelecimento de novas unidades beneficiadoras...".

Para os pesquisadores do INPA, a exploração da floresta amazônica por contratos de risco é um processo anti-patriótico e danoso do ponto de vista ecológico. "Não temos ainda um inventário florestal completo da Amazônia, e como vamos saber as espécies comerciais ou não a serem exploradas?", pergunta o professor Herbert Schubarth, chefe do Departamento de Ecologia do INPA, que acrescenta: "Nem temos ainda um estudo que nos mostre se o mogno serve ou não para preservar um determinado tipo de animal". Ele acha temerário que se deseje para a Amazônia uma floresta heterogênea, "apenas porque esse tipo de cobertura vegetal é bom para os Estados Unidos ou para alguns países da Europa".

O professor Warwick Kerr diz que "ninguém procurou ainda estudar a Floresta Amazônica como ela é e para conhecer melhor as alternativas de utilização dos recursos renováveis da mata, sem destruí-la". Ele prevê que se não encontrarmos essas alternativas nos próximos cinco ou dez anos, a Amazônia estará irremediavelmente perdida. Mas para isso precisamos de tempo e dinheiro para concluímos e iniciarmos algumas pesquisas que mostrarão por certo alguns indicadores sobre a ação ecológica da floresta".

Ironicamente, os pesquisadores do INPA indicam que o grande destruidor da Floresta Amazônica é o próprio Governo Federal. "220 mil hectares em Tucuruí, mais 180 mil em Baubina — a hidrelétrica que gerará 250 mil quilowatts de energia a partir de 1983 — e mais 840 mil do Projeto Jari. Será que isso já não basta?", pergunta a pesquisadora Yole Ayres.

### CIÊNCIA, SALVAÇÃO.

A devastação da floresta amazônica só será contida se o governo se dispuser a frear o ímpeto migratório para a região até que defina as alternativas da colonização para a área, ou viabilizar esse processo ao longo das rodovias federais. A preocupação com a preservação da Floresta Amazônica hoje não é só do Brasil, mas de cientistas do mundo inteiro. A partir de fevereiro um grupo de pesquisadores estrangeiros deverá iniciar um Projeto de Estudos Científicos para avaliar o comportamento da floresta em consequência dos desmatamentos. O World Wildlife Fund-Wwf —, dos Estados Unidos, pretende realizar na área do Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus estudos visando identificar que tipo de floresta e o tamanho de reservas florestais são viáveis à preservação das espécies-plantas, vertebrados e invertebrados. "Será um verdadeiro inventário ecológico da Amazônia", garante o professor Herbert Schubarth, que deverá coordenar pelo lado brasileiro as pesquisas. Os resultados desses estudos servirão de orientação científica aos projetos agropecuários e de reflorestamento na Amazônia. Será um trabalho importante, porque definirá como os animais devem viver na floresta a partir dos desmatamentos.

"A ciência tem mostrado bons resultados para o futuro da Amazônia, e ela pode acabar com a futura floresta pessimista de que a Floresta Amazônica está acabada. Pode acabar, desde que não façamos nada para impedir", diz o professor Kerr. Se a ciência é tão importante e pode salvar a Amazônia de uma catástrofe ecológica, o projeto do WWF poderá apressar a descoberta das soluções que busquem uma preservação racional para a convivência mútua da floresta com os empreendimentos que se projetam para a área. No entanto, o Projeto do WWF, elaborado pelo professor Tom Lovejoy já se encontra há mais de cinco meses no CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — e ao que parece dificilmente será aprovado. O projeto que terá a duração de dez anos, com o investimento de 10 bilhões de dólares nas pesquisas, tem a simpatia do INPA, mas é preciso que o CNPQ o aprove para que possa ser executado na Amazônia, já que envolve pesquisadores estrangeiros.

Nas últimas semanas vazou a informação em Brasília de que o projeto não será aprovado — especula-se algumas restrições feitas pelo Conselho de Segurança Nacional — e, isso teria levado o embaixador norte-americano no Brasil a sugerir ao Departamento de Estado que não financiasse mais nenhum projeto científico para a Amazônia sem antes ser submetido a embaixada, para evitar problemas políticos entre Brasília e Washington. Assim, o Projeto WWF poderá não ser executado na Amazônia — como não será mais realizado em Manaus, em fevereiro, o Simpósio sobre refúgios selvagens na Amazônia proibido pelo CSN — e o conhecimento sobre o funcionamento ecológico da floresta depois dos desmatamentos na Amazônia estará mais distante do homem, e cada vez mais a ciência do País verá tolhida a sua ação no estudo das alternativas válidas para última reserva florestal ainda virgem do mundo.